

Uma escola inclusivista é uma decisão política

O MEC determina que haja uma adaptação dos professores e das instituições de ensino para atender os alunos portadores de algum tipo de deficiência, mas na prática isso não acontece. Os docentes não estão preparados para lidar com portadores de deficiência e isso compromete a qualidade do ensino dado a eles. Essa é a opinião da doutora em educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Mônica Kassat. A professora diz que a sociedade precisa continuar pressionando as universidades para que dali saiam educadores mais capacitados para lidar com alunos especiais.

Leia a íntegra da entrevista.

Maria José – Professora, como a senhora começou a se interessar pelo tema inclusão e exclusão de portadores de deficiência na educação?

Mônica Kassat – A minha graduação não foi específica na educação especial, foi graduação em pedagogia, uma formação para magistério no segundo grau e administração escolar. Quando eu estava concluindo a minha graduação, em 1983, eu comecei a fazer um estágio numa instituição para pessoas com deficiências múltiplas e foi interessante porque a instituição tinha, desde aquela época, uma visão da não separação, do que se discute como inclusão hoje. E aí eu fui percebendo que o que a pedagogia queria dizer, tinha que dizer para qualquer pessoa, não especificamente para quem não tinha deficiência ou para quem tinha, ou seja, as pessoas aprendem de uma forma semelhante.

Maria José – E como a senhora analisa a inclusão de uma criança portadora de deficiência em turmas regulares?

Mônica Kassat – Essa situação é, na verdade, uma situação de múltiplas faces. A história da educação no Brasil mostra uma educação que nem sempre é para todos. A educação no período do Império, por exemplo, era para a elite mesmo, inclusive com pouquíssimas escolas. Nós temos uma história educacional de exclusão e quando se começa a trabalhar com pessoas com deficiência isso se dá em instituições especializadas, fechadas. Logo no começo do século XX a gente já vai ter classes especiais. Percebemos que a história educacional do país é excludente... que a história de nossa sociedade é excludente. A história da exclusão não é um problema apenas da educação de pessoas com deficiências. Mas, algumas coisas já poderiam ter sido feitas e hoje poderi-

¹ Professora MSc. do Curso de Comunicação Social – Habilitação Jornalismo – UFSC.

am ser implantadas imediatamente. Por exemplo: uma criança com uma deficiência física grave, mas sem qualquer comprometimento intelectual dificilmente é encontrada na escola. E aí eu penso: se a escola trabalha com o desenvolvimento cognitivo, intelectual, em princípio não haveria absolutamente nenhum motivo para que essa criança não estivesse se beneficiando da escola.

Maria José – Então por que essa criança não frequenta a escola?

Mônica Kassar – Aí entram os fatores “complicantes”. A escola tem escada, não rampa, apesar da existência de Lei Federal garantindo o acesso a todo local público. A carteira é padrão, não adaptada. A escola avalia o aprendizado através da escrita – mas nela não há computador ou mesmo uma máquina de escrever em sala de aula para quem precisa, etc. Ou seja, existe uma rigidez na forma de ensinar, na forma de avaliar o aprendizado do aluno e isso, muitas vezes, acaba impedindo pessoas que não têm qualquer comprometimento intelectual ou sensorial de frequentar a escola.

Maria José – Ainda pensando nesse exemplo, o que seria necessário mudar na escola?

Mônica Kassar – Em relação a esse caso, em princípio não seriam necessárias muitas mudanças. Acho que a tomada de pequenas atitudes, como “um ver diferente” e, lógico, adaptação de todo material necessário, já bastariam para que essas crianças se beneficiassem das escolas. Em relação às crianças com deficiência sensorial, as pessoas cegas e surdas, eu acho que é possível a inclusão delas no ensino regular, mas aí sim seria preciso uma formação adequada ou específica do professor. Veja bem, eu acho que qualquer curso de preparação do professor deveria ter em suas disciplinas o conhecimento básico em relação a como se trabalhar com uma criança que não enxerga ou que não ouve, porque o que nós estamos presenciando é que algumas crianças são alfabetizadas num serviço especializado e aí são encaminhadas para o ensino regular. Se o professor do ensino regular não se dispõe a dar continuidade ao trabalho já iniciado, as crianças não conseguem entender o que está se passando na sala de aula. Às vezes são as pequenas atitudes: muitas vezes nós vemos o professor falando e escrevendo no quadro, de costas para os alunos. E aí, como fica uma criança surda? Como a criança pode ler os lábios com o professor falando para o quadro? Às vezes a gente vai conversar com uma criança surda no meio do ano e ela não sabe o nome da professora, porque ela nunca falou, ela nunca chegou e falou: “Meu nome é tal e se escreve assim”. E aquela criança fica como se fosse um ET dentro da sala de aula. Outras vezes são necessárias outras adaptações, como um intérprete em sala, ou que o professor conhe-

ça Língua Brasileira de Sinais, no caso de crianças surdas, ou que a escola adapte materiais e o professor saiba trabalhar com o Braille, no caso de crianças cegas. Depende da situação.

Maria José – Vamos falar um pouco da formação dos professores, das deficiências dos cursos de graduação e também da separação da pedagogia em habilitações, como ocorre em algumas universidades.

Mônica Kassar – Olha, a questão da formação do professor está passando por um momento bem delicado, por causa do decreto da exclusividade na formação de professores nas chamadas escolas normais superiores. Nós estamos diante de um impasse e eu não sei como ele vai ser resolvido. Eu acho que na situação ideal todo professor deveria ter nível superior. E mais, acho que deve ser num curso de graduação ligado a uma universidade, onde haja a produção de conhecimento, de pesquisa. Isso elevaria a qualidade de ensino. E sou mais sonhadora, um curso com disciplinas na área de fundamento, uma grande carga de disciplinas na área de fundamento. Por quê? Porque faz com que o professor comece a ter um conhecimento mais profundo em relação ao processo educativo e que este, mais tarde, no meu ponto de vista, quando estiver atuando, tenha condições de buscar novos conhecimentos.

Maria José – O que seriam essas disciplinas de fundamento?

Mônica Kassar – Seriam História da Educação, Psicologia da Educação, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação. São disciplinas teóricas mesmo, de tronco comum. Essas disciplinas, eu acredito que são fundamentais porque vão dar uma base na formação do educador para que ele possa ser um profissional que saiba buscar conhecimento posteriormente. É preciso entender que técnica não é à toa, ela é sempre construída em cima de um conhecimento teórico, e se o professor não tem a formação teórica sólida, fica complicado para ele numa situação nova, buscar recursos. Eu disse que sou sonhadora. Eu acredito que todo professor, seja na licenciatura, seja na pedagogia, deva ter disciplinas que dêem um conhecimento em relação ao que a gente chama de educação especial. Mesmo que a formação não dê conta de todos os aspectos, o básico é essencial. Então vamos supor que uma disciplina, de pelo menos um ano, dá suporte para a busca de bibliografia que dê sustentação para o cotidiano do trabalho na rede. Ou seja, se ele está trabalhando com uma criança surda, mas não é um especialista em alfabetização de crianças surdas, ele tem uma formação que lhe permite buscar recursos/suportes/apoios para suprir uma necessidade naquele momento. O interessante seria que todas as disciplinas considerassem a educação das pessoas com deficiências.

Maria José – O decreto da exclusividade explicita uma concepção na formação de professores, fundamentada no desenho de política pública que o governo federal está impondo. Como você vê essas políticas?

Mônica Kassat – Eu vejo assim: quando foi aprovada a LDB, em 1996, foi conseguida, de certa forma, a priorização da formação do educador, propondo que ela fosse de nível superior. Isso vinha ao encontro da expectativa dos educadores que lutam pela qualidade de ensino. Por outro lado, você vê esses decretos, os cursos sequenciais e outras medidas do governo que, a meu ver, são saídas complicadas. Veja só, se nós tínhamos um tempo legal, 10 anos, eu não me lembro exatamente quanto tempo, para formar os professores, por que não encaminhá-los para um curso de graduação que dura quatro anos? E mais, grande parte dos cursos de pedagogia nas universidades federais são noturnos. Ou seja, seria possível absorver esses professores nos cursos regulares de formação de professores, para que eles tenham uma formação tão boa quanto os alunos que estão matriculados normalmente. Eu acredito que um convênio que facilitasse o ingresso do professor já efetivo da rede nas universidades faria a educação dar um salto inquestionável. Nós não podemos esquecer que a universidade não é só ensino, é importante que um professor que esteja fazendo sua formação participe de projetos de iniciação científica, de extensão e pesquisa. Isso

é a cara da universidade. Para mim, isso seria estar trabalhando sério na formação do professor. E eu acho difícil um professor que está sendo chamado para a formação em blocos condensados, possa se dar o luxo de participar de qualquer projeto. Na minha concepção, a formação precisa de um tempo para amadurecer, tempo para discutir a teoria, tempo para a gente estar vivendo o curso de formação. E a formação condensada peca por essa falta de tempo.

Maria José – Para finalizar, vou pedir para você avaliar os currículos de pedagogia vigentes. Eles são compatíveis com os que você desenhou: para um professor com uma formação sólida nos fundamentos e nas teórico-práticas que trabalhem a inclusão? Os currículos contêm isso?

Mônica Kassat – Tem algumas universidades propondo novos currículos, novas estruturas. Mas de um modo geral me angustia ver os professores afirmando que não se sentem preparados para trabalhar com “crianças especiais”, embora, para mim, toda criança é criança. De pouco tempo pra cá, só alguns cursos de pedagogia têm se preocupado em oferecer disciplinas de fundamentos de educação especial ou produção de educação especial. Mas na maior parte dos casos são disciplinas optativas. Então, temos que mudar os nossos cursos de pedagogia, e isso é uma opção política, em defesa de uma educação de qualidade a todas as pessoas. ■

A amizade

Eu quando cheguei na escola eu senti muita vergonha, mas eu conheci todo mundo na minha sala. Tem gente que eu fui conhecer agora. Tem alguns amigos que não gostam de mim e eu fico muito triste com isso, porque eles não poderiam ser meus amigos e eu deles.

Eu brinco com os meus amigos, jogo bola, brinco de rali, mas alguns dias eu ia sozinho porque eles não queriam ir, eu ficava muito triste porque não tinha ninguém para brincar comigo.

Nome: Davi Carlos Conceição.

Escola de Educação Básica Professor Alexandre Sérgio Godinho – Biguaçu/SC, texto de aluno(a) da turma da 3ª série – professora Rubelice O. K. Zimmermann.